

► REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Assunto chama atenção para condições do professor na sala de aula e questiona como o Brasil trata seus idosos

Especialistas alertam para impacto na área da Educação

NIZA SOUZA
csouza@jj.com.br

Esta semana, uma das fa-las da Tribuna Livre, na sessão ordinária da Câmara Municipal, chamou a atenção. A professora Sandra Baraldi, atual presidente dos Sindicatos dos Professores de Jundiá (Sinpro), usou os cinco minutos a que tinha direito para alertar vereadores e população sobre os impactos negativos da reforma da Previdência na área da Educação. No dia seguinte, o texto-base da reforma foi aprovado pela comissão da Câmara dos Deputados.

A reforma, uma das principais bandeiras do governo do presidente Michel Temer (PMDB), ainda precisa passar pelo plenário da Câmara e, se for aprovada, pelo Senado. Mas o texto é polêmico. A reforma pretende acabar com a aposentadoria por tempo de contribuição e impõe idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens.

“É humanamente impossível um professor conseguir continuar em sala de aula até 65 anos”, afirma Sandra. Ela pondera ainda que, durante a vida, há momentos em que os trabalhadores ficam desempregados. “Levando em conta que você só poderá se aposentar com 100% do benefício com 49 anos de contribuição, essa idade pode chegar aos 70 anos”, calcula a professora.

Segundo Sandra, a situação dos professores é agravada pelas condições de trabalho.

“Nas salas do Ensino Fundamental 1, por exemplo, são de 20 a 30 alunos com idades de 6 a 9 anos. Como um professor de 70 anos vai conseguir trabalhar?”, questiona, lembrando que no Brasil a maioria dos profissionais da categoria, cerca de 75%, é mulher. “Temos dupla, tripla jornada, o que piora ainda mais a situação. Se a reforma for aprovada nos termos atuais, o professor não vai ter físico nem psicológico para aguentar.”

Desemprego

Outro fato que preocupa a categoria é a maneira como o idoso é tratado no Brasil. “A maioria das escolas não admite professores a partir de certa idade. Corremos o risco de ter uma massa de desempregados idosos, que não tem amparo da aposentadoria, num futuro próximo. É um cenário desesperador”, salienta.

Especialista em Direito Previdenciário, o professor André Bittencourt, do Centro Preparatório Jurídico (CPJur), concorda que a atividade de professor é bastante sensível à reforma da Previdência. Tanto que existe uma comissão no Congresso Nacional discutindo o impacto das medidas na Educação. “Não dá para comparar a realidade brasileira com outros países. Aqui, o idoso é renegado ao ostracismo. Corremos, sim, o risco de ter um alto índice de desempregados com mais de 50 anos”, avalia.

De acordo com Bitten-

court, a aposentadoria por tempo de contribuição é uma via para essas pessoas, que não conseguem recolocação no mercado de trabalho depois de certa idade, mas que atingem os 30 anos de trabalho. “O que vai ocorrer com esses professores que trabalham com crianças e adolescentes?”

Ele lembra ainda que, pela legislação atual, professores do Ensino Fundamental e Médio são enquadrados como aposentadoria especial e os profissionais têm redução de cinco anos no tempo de contribuição. Ou seja, podem se aposentar com 25 anos de contribuição. “O fator previdenciário já achatou o benefício e aumentou o tempo de contribuição da categoria.”

O professor de Direito Previdenciário do Mackenzie Campinas, Vinícius Pacheco Fluminhan, também é contra a reforma nos termos em que está sendo discutida. “A atividade de professor é tida como penosa. O problema é que, para alguns especialistas e políticos, existe um universo grande de penosidade e isso é muito subjetivo. Ao contrário da insalubridade, que pode ser medida”, explica.

Apesar da dificuldade de definir o grau de penosidade, Vinícius pondera que é preciso levar em conta as condições de trabalho do professor. “Só quem já entrou numa sala de aula sabe que não é fácil. Não é à toa que o número de professores afastados por problemas de saúde é tão alto.”



OPINIÃO Bittencourt: “Atividade de professor é muito sensível à reforma”



DEBATE Sandra usou a Tribuna Livre da Câmara para chamar a atenção sobre o tema

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Comissão da Câmara Federal aprovou esta semana o texto-base da reforma. Confira as principais mudanças:

- Fim da aposentadoria por tempo de contribuição
- Idades mínimas de 62 anos para mulheres e de 65 para os homens
- Tempo mínimo de contribuição passa de 15 para 25 anos
- Trabalhador rural só poderá se aposentar aos 60 anos (homens) e 57 (mulheres) com um mínimo de 15 anos de contribuição
- Servidores públicos que ingressaram até 2003 entram na regra da idade mínima para ter direito ao salário integral. Já os nomeados a partir de 2003 perdem o direito a integralidade e paridade



► DESGASTE

Após Lava Jato, PSDB discute nova imagem

O impacto da Lava Jato sobre os principais nomes do PSDB levou uma ala da cúpula tucana a planejar uma “refundação” do partido, em um movimento para recuperar sua imagem até a eleição de 2018 e fazer frente à ascensão de candidatos vinculados à antipolítica, como o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ).

Parte do comando da sigla — inclusive nomes ligados a Aécio Neves, presidente do partido — passou a defender que o PSDB reconheça “erros”, em especial no financiamento de campanhas, e reforce compromissos éticos e bandeiras liberais. Nas últimas semanas, dois tucanos procuraram Fernando Henrique Cardoso para discutir o assunto. O ex-presidente, segundo esses aliados, se mostrou favorável à estratégia de “retorno às origens éticas e ideológicas”.

Para esse grupo, o PSDB foi gravemente ferido pelas suspeitas lançadas contra seus quadros na Operação Lava Jato por ter portado, desde o escândalo do mensalão, um forte discurso ético contra o PT.

Esses tucanos avaliam ter perdido um eleitorado cativo, que só pode ser recuperado com o reconhecimento de erros e uma defesa enfática do combate à corrupção.

Parte dos dirigentes da sigla quer colocar o plano em marcha no segundo semestre deste ano, a tempo de amenizar o

desgaste da legenda rumo às eleições de 2018.

A articulação não é consenso na cúpula do partido. Outros tucanos próximos a Aécio e o grupo do governador paulista, Geraldo Alckmin, resistem em apoiar movimentos drásticos de renovação por temerem perder espaço na estrutura partidária. Esses grupos defendem um movimento mais brando, em que o partido defenda seus líderes e a política, e resgate sua história, como a implantação do Plano Real, para se apresentar como uma “opção viável” para a superação de crises políticas e econômicas.

“O PSDB não tem que se envergonhar de nada. Tem que se orgulhar do que já fez pelo País, mas tem sempre que se atualizar, com posturas mais claras e transparentes”, afirma o governador do Paraná, Beto Richa. A aposta na política tradicional como alternativa é uma tentativa de reposicionamento diante do crescimento de nomes considerados “forasteiros”, como Bolsonaro, nas últimas pesquisas eleitorais.

Presidente da sigla, Aécio diz que o PSDB vai recuperar esse eleitorado. “É natural que muitos eleitores flem com outras candidaturas. No momento do voto definitivo, eles vão votar no caminho seguro, do aprofundamento das reformas e da experiência na gestão, que é o PSDB.” (Folhapress)

► SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ministra se mostra confiante no Brasil

A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Cármen Lúcia, disse que, mesmo diante dos problemas que o Brasil vem enfrentando, permanece confiante de que o País vai conseguir superar as dificuldades. A ministra fez uma palestra na ABL (Academia Brasileira de Letras), no centro do Rio. As informações são da Agência Brasil.

Lembrando do escritor João Guimarães Rosa, um acadêmico de sua predileção, a ministra disse que “a vida é assim mesmo, afrouxa, estica, esfria, mas o que a vida pede da gente é coragem”. “Tenho certeza. Eu tenho mui-

tos defeitos, mas eu sou dos Gerais [Estado de Minas Gerais] como ele. Nós vivemos porque temos coragem. Quem é daquele sertão bravo do norte de Minas se não tiver coragem, sequer subsiste. Gosto muito deste país para desistir. Eu continuo tendo coragem e esperança”, disse, concordando com o pensamento do escritor que tomou posse na ABL em 16 de novembro de 1967 e morreu três dias depois.

De acordo com a presidente do STF, para haver o respeito entre os três Poderes da República, Executivo, Legislativo e Judiciário, é preciso que cada um saiba qual é o seu espaço

para não concentrar uma atuação que pode levar ao autoritarismo. “É preciso que, pela dinâmica, o Poder pare o Poder. Por isso, acho que esse rótulo do princípio de separação de Poderes, com todas as mudanças que foram sendo feitas no curso da história, continua sendo o princípio fundamental para que se tenha uma democracia. Isso vale, portanto, para o Executivo, Legislativo e Judiciário”, disse.

Na visão de Cármen Lúcia, a judicialização da política é decorrente de questões que não foram equacionadas com regulamentações das leis aprovadas e, por isso, provocaram

lacunas que precisam ser solucionadas. Uma dessas questões, segundo a ministra, é a que trata da união homoafetiva. “Aciona-se porque há lacuna, mas [a judicialização da política] não é uma característica do Brasil. Isso cresceu no mundo inteiro, até mesmo no sistema do chamado direito comum, porque aumentou a cidadania. Porque amadureceu mais a cidadania”, disse.

A ministra revelou que sente “um certo alento” ao notar que o Poder Judiciário sabe da própria necessidade de mudar e tem essa certeza porque o cidadão está reclamando mais rapidez nas decisões. (FP)

► CITADOS EM PROCESSO DE DIRCEU

Toffoli vai relatar novos pedidos de liberdade

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli será o relator dos novos pedidos de liberdade baseados na decisão que libertou o ex-ministro José Dirceu. Os recursos foram encaminhados para o gabinete de Toffoli pelo fato de o ministro ter proferido o primeiro voto a favor da soltura, na votação da terça-feira (2). As informações são da Agência Brasil.

Com a mudança, os pedidos de liberdade de acusados que foram citados no

processo envolvendo Dirceu serão julgados por Toffoli, e não pelo relator da Lava Jato no Supremo, Edson Fachin.

A mudança foi justificada pelo STF com base no regimento interno da Corte. A norma diz que o relator será substituído pelo ministro que proferiu o primeiro voto divergente para julgar questões posteriores ao julgamento.

No julgamento de Dirceu, além de Toffoli, os ministros Gilmar Mendes e

Ricardo Lewandowski votaram pela soltura. Celso de Mello e Fachin foram contra a concessão do habeas corpus.

Dessa forma, Toffoli vai relatar pedidos de liberdade dos empresários Eduardo Aparecido de Meira e Flávio de Oliveira Macedo, que foram presos no mesmo processo a que Dirceu responde na 13ª Vara Federal da Justiça Federal de Curitiba, comandada pelo juiz federal Sérgio Moro.

A mudança ocorre no

momento em que Edson Fachin tenta obter apoio da Corte para manter as prisões na Lava Jato. Fachin é relator das ações da operação no colegiado e foi derrotado na terça-feira (2), por maioria, na votação que concedeu liberdade ao ex-ministro José Dirceu. Antes da decisão que beneficiou Dirceu, os empresários José Carlos Bumalai e o ex-tesoureiro do PP João Claudio Genú foram soltos por decisão da Turma. (Folhapress)